

Senador Dantas Empreendimentos Imobiliários SPE S.A.

CNPJ/MF nº 13.812.323/0001-21

Demonstrações Financeiras - em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

Balancos Patrimoniais			
Ativo	Nota	2017	2016
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	971.600	1.494.510
Estoque	5	51.593.850	51.593.850
Outros ativos		13.063	11.051
Total do ativo circulante		52.578.513	53.099.411
Não circulante			
Imobilizado		14.500	14.500
(-) Depreciação		(1.571)	(242)
Total do não ativo circulante		12.929	14.258
Total do ativo		52.591.442	53.113.669

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Nota	Capital social		Total
		Capital subscrito	Capital a integralizar	
Saldos em 31 de dezembro de 2015		54.041.617	(1)	(587.185)
Prejuízo líquido do exercício				(378.964)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		54.041.617	(1)	(966.149)
Prejuízo líquido do exercício				(514.561)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		54.041.617	(1)	(1.480.710)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Senador Dantas Empreendimentos Imobiliários SPE S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado e propósito específico, constituída em 28 de abril de 2011, de acordo com as leis brasileiras e domiciliada no Brasil. O endereço do escritório da Companhia é Avenida Nações Unidas 14.171, Torre A, 6º Andar, Conjunto 604, Sala B, Vila Gertrudes na Capital do Estado de São Paulo. A Companhia foi constituída com o objetivo específico de desenvolver o empreendimento imobiliário para fins comerciais nos imóveis localizados na Rua Senador Dantas, nºs 45, 45-A e 45-B, no centro da cidade do Rio de Janeiro, compondo Loja: subsolo, térreo, 1º, 2º e 3º andares, Lajes Comerciais: 4º ao 12º andar. O empreendimento consiste na entrega de unidades comerciais prontas e acabadas, com as respectivas construções concluídas e averbadas no registro imobiliário, bem como sua locação e alienação, sendo que em 2014, A certidão de aceitação do empreendimento ("habite-se") pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro foi concedida em 26 de fevereiro de 2014. O empreendimento consistiu em um *retrofit* do antigo Cine Vitória. Foram preservadas as fachadas, recuperados o lobby e as bilheterias, resgatando a história e a arquitetura da região. Houve apenas a venda da fração de 43,48% do imóvel para a Silva Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Livraria Cultura"), conforme contrato firmado em 31 de julho de 2014 e pelo valor de R\$ 48.000.000,00. A Livraria Cultura está instalada no térreo, 1º e 2º pavimentos, com um teatro no subsolo do edifício, resgatando seu uso cultural. Os demais pavimentos são de uso comercial, porém, foram mantidas as características arquitetônicas da época da antiga construção, ou seja, os balcões foram restaurados, na pintura da fachada foi utilizado material equivalente ao pó de pedra e as esquadrias foram recuperadas sem descaracterizar a edificação. Devido ao cenário macroeconômico nos exercícios de 2017 e 2016 não foram realizadas transações envolvendo as lajes corporativas, que permanecem desocupadas. Em Agosto de 2017, foi contratada a consultoria JLL Corretagem e Transações Imobiliárias Ltda., para fazer a Prestação de Serviços de Intermediação Imobiliária visando a apresentação do empreendimento no mercado tanto para venda como para locação. Quinzenalmente há reuniões de ponto de controle para a indicação do status de empresas prospectadas e possível interesse no empreendimento. No site da consultoria há uma página para o Cine Vitória. A estratégia adotada é a divulgação através de redes sociais tipo LinkedIn, site da JLL, mala direta e mala direta através de email. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis:** a. Base de apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem os princípios contábeis previstos na legislação societária brasileira, em consonância com a Lei nº 6.404/76, bem como alterações introduzidas com o advento da Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09, nos pronunciamentos, orientações e instrumentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), especificamente o CPC para Pequenas e Médias Empresas (PME), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras da Senador Dantas Empreendimentos Imobiliários SPE S.A. ("Companhia") para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram autorizadas para emissão pela Administração em 23/02/2018. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado de outra forma nas práticas contábeis descritas a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor nominal das contraprestações pagas em troca de ativos. **c. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram apresentadas em reais e casas decimais quando existente foram arredondadas para o valor máximo mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), devidamente aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são: **Perda por redução ao valor recuperável (impairment):** A Companhia avalia no fim de cada exercício do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de "impairment" são incorridos somente se há evidência objetiva de "impairment" como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo. O evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro que pode ser estimado de maneira confiável. **Provisões para riscos tributários, civis, trabalhistas e outros:** A Companhia está sujeita no curso normal dos seus negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, dentre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que sejam movidos contra a Companhia poderão ser adversamente afetados, independentemente do respectivo resultado final. A Administração não possui conhecimento de ativos/passivos contingentes. **3. Principais políticas e práticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras. **a. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, para investimento e/ou outros fins. A Companhia considera caixa saldos em conta corrente de movimento, aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a insignificante risco de mudança de valor e resgatáveis em até 90 dias. **b. Estoque:** Os estoques são compostos pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

O custo dos estoques é composto do valor pago pelo imóvel adquirido para incorporação imobiliária, acrescido dos gastos de obra e outros oriundos da compra do imóvel. **c. Redução ao valor recuperável:** Os valores contábeis dos estoques são revisados a cada data de apresentação das demonstrações financeiras para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil exceda o valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. **d. Receitas e despesas:** As receitas de aluguel são reconhecidas no resultado pelo método linear em função dos prazos decorridos de utilização da área locada com base no regime de competência. As despesas e receitas da Companhia são reconhecidas mensalmente segundo o regime de competência e correspondem a gastos administrativos, encargos financeiros e tributos. **e. Instrumentos financeiros:** De acordo com o CPC aplicável às pequenas e médias empresas (PME) o reconhecimento, mensuração e evidênciação dos instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia são registrados ao custo amortizado. A Companhia reconhece um ativo financeiro por seu valor presente à vista, incluindo o pagamento dos juros, quando aplicável. A Companhia reconhece títulos de dívidas emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de qualquer custo de transação atribuível. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. **f. Imposto de renda e contribuição social:** As provisões de imposto de renda e contribuição social sobre lucro fiscal são calculadas pelo regime de tributação do lucro presumido caixa. No lucro presumido as alíquotas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido são de 15% e 9%, respectivamente, sobre uma base reduzida, ou seja, distinta conforme receita correspondente: **Classificação da receita** Percentual presumido
Incorporação imobiliária 8% IR a 12% CS
Receitas financeiras 100%
No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou prejuízo e não possui crédito tributário imediato ou futuro que possibilite sua constituição. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Contemplam numerários em caixa, saldos em bancos conta corrente e aplicações financeiras de liquidez imediata, conforme composição abaixo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa	3.295	4.830
Aplicações financeiras (i)	968.305	1.489.680
Total	971.600	1.494.510

(i) A aplicação financeira refere-se a CDB com remuneração atrelada ao CDI. Possui liquidez diária e sem penalização de resgate.

5. Estoques: Descrição 31/12/2017 31/12/2016
Custo de aquisição do imóvel 33.716.812 33.716.812
Retiroff 17.877.038 17.877.038
Total 51.593.850 51.593.850

A consultoria PWC foi contratada com o propósito de atribuir valor econômico-financeiro da SPE Senador Dantas através do método do Fluxo de Caixa descontado, refletindo a estratégia de locação para valorização do imóvel para venda subsequente. O valor econômico calculado supera o valor contábil da SPE, o que não indica redução de valor recuperável. **6. Partes relacionadas:** São consideradas como partes relacionadas o Banco Votorantim S.A. e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2017, a Senador Dantas Empreendimentos Imobiliários S.A., possuía: Saldo conta corrente no Banco Votorantim S/A de R\$ 2.995 (R\$ 4.529 em 2016), em aplicações de Fundo de Investimentos de R\$ 968.305 (R\$ 1.489.680 em 2016), além de rendimentos sobre aplicações de R\$ 112.112 (R\$ 210.411 em 2016). Adiantamento para futuro aumento de capital com BV Empreendimentos e Participações S.A. de R\$ 10.000,00 (R\$ 0 em 2016) não remunerado e sem prazo de vencimento. **7. Patrimônio líquido: a. Capital social:** O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 54.041.616. Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito e integralizado é composto também de R\$ 54.041.616. A BV Empreendimentos e Participações S.A. é detentora de 100% das ações da empresa.

Nº Ações ordinárias	Votos Integralizado - R\$	
	(unidades)	Votos
Acionista BV Empreendimentos e Participações S.A.	54.041.616	100
Total	54.041.616	

b. Distribuição dos resultados: Os acionistas concordam que a Companhia deverá distribuir anualmente 100% (cem por cento) do lucro apurado no respectivo exercício, observadas as reservas e limitações legais, conforme definido no estatuto social da Companhia de 28 de abril de 2011, bem como recursos comprometidos com o cronograma de aportes da Companhia, e pagamento de financiamentos contraídos pela Companhia, conforme previsto no Plano de Negócios. **8. Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia é optante do regime tributário do lucro presumido. Abaixo o resumo a apuração: 2017 2016
Recebimentos no exercício:
Receita operacional - -
Rendimentos financeiros 112.112 210.411
Presunção:
Receita operacional - 8% - -
Receita financeira - 100% 112.112 210.411
(=) Base de apuração 112.112 210.411
Apuração dos impostos:
Imposto de Renda (15% mais adicional de 10%) 19.615 19.381
Contribuição Social (9%) 11.092 41.173
(=) Imposto devido 30.707 60.554

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou prejuízo e não reconhece qualquer valor de crédito tributário que deva ser

Demonstrações de Resultados			
	Nota	2017	2016
(Despesas) receitas operacionais:			
Despesas gerais e administrativas	11	(592.529)	(487.264)
Despesas tributárias		(639)	(41.473)
Resultado financeiro	12	109.315	210.327
(Prejuízo) antes do imposto de renda e de contribuição social		(483.853)	(318.410)
Imposto de renda	8	(19.615)	(19.381)
Contribuição social	8	(11.092)	(41.173)
(Prejuízo) líquido do exercício		(514.561)	(378.964)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados Abrangentes			
	2017	2016	
(Prejuízo) líquido do exercício	(514.561)	(378.964)	
Resultado abrangente do exercício	(514.561)	(378.964)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa			
	2017	2016	
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo líquido do exercício	(514.561)	(378.964)	
Impostos e contribuições	12.220	37.559	
Depreciação	1.329	242	
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(501.011)	(341.163)	
Varição de ativos e passivos operacionais:			
Fornecedores	(7.957)	16.005	
Provisões tributárias	(722)	802	
Impostos e contribuições pagos	(21.207)	(32.702)	
Outros ativos/passivos	(2.012)	(273)	
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(532.910)	(367.045)	
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de Imobilizado	-	(14.500)	
Caixa aplicado nas atividades de investimento	-	(14.500)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Adiantamento futuro aumento de capital	10.000	-	
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	10.000	-	
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(522.910)	(381.545)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.494.510	1.876.055	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	971.600	1.494.510	
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(522.910)	(381.545)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

constituído ou realizado. **9. Gerenciamento de risco: Risco de liquidez:** É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos, a Administração avalia que o total do seu passivo circulante é totalmente suportado pelo caixa e equivalentes de caixa existente. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, como as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno. A Companhia está exposta ao CDI, devido as suas aplicações financeiras, sendo essas operações realizadas com empresa do grupo. **Risco Operacional:** Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, de eventos externos, inadequação ou deficiência em contratos, descumprimento de dispositivos legais e indenização por danos a terceiros. O objetivo da Companhia é evitar prejuízos financeiros e danos à reputação e buscar eficácia de custos criando procedimentos de controle que restrinjam atividades de risco. **10. Cobertura de seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2017, o limite máximo de responsabilidades é de R\$ 50.000.000,00, conforme composição abaixo: **Zurich Minas Brasil Seguros S/A**

Endereço:	Locais Segurados	
	Valor em Risco	Danos
Rua Senador Dantas, 45 A/B - Rio de Janeiro - RJ, CEP 28640-000	50.000.000,00	Lucros Cessantes
Descrição	Limites R\$	Franquias
Incêndio (Inclusive Decorrente de Tumultos, Greves, Lock-Out a Atos Dolosos), Queda de Raios e Explosão de Qualquer Natureza.	50.000.000,00	10% dos Prejuízos com Mínimo de R\$ 5.000,00
Alagamento ou Inundação	200.000,00	10% dos Prejuízos com Mínimo de R\$ 5.000,00
Danos Elétricos	3.000.000,00	15% dos Prejuízos com Mínimo de R\$ 2.000,00
Derrame D'água ou outra substância Líquida de Chuveiros Automáticos (Sprinklers)	250.000,00	10% dos Prejuízos com Mínimo de R\$ 1.000,00
Quebra de Vidros	200.000,00	10% dos Prejuízos com Mínimo de R\$ 1.000,00
Queda de Aeronaves ou Quaisquer outros Engenhos Aéreos ou Espaciais	15.000.000,00	10% dos Prejuízos com Mínimo de R\$ 5.000,00
Responsabilidade Civil		
Estabelecimentos Comerciais e/ou Industriais	800.000,00	10% dos Prejuízos com Mínimo de R\$ 1.000,00
Tumulto, Greve, "Lockout" e Atos Dolosos	500.000,00	10% dos Prejuízos com Mínimo de R\$ 2.000,00
Vazamentos de Tanques ou Tubulações	100.000,00	10% dos Prejuízos com Mínimo de R\$ 1.000,00

11. Despesas gerais e administrativas: Compreendem aos serviços prestados por pessoas jurídicas para conservação e manutenção das instalações do empreendimento. 2017 2016
Serviços prestados (*) 531.136 353.968
Despesas gerais 57.451 133.296
Total 586.587 487.264

(*) As despesas de "Serviços Prestados" provém de diversos serviços prestados por pessoas jurídicas, sendo que, os principais são GR Garantia Real Segurança Ltda. R\$ 163.972 (R\$ 159.644 em 2016) e Construtora Mauad Ltda. R\$ 103.387 (R\$ 0 em 2016).

12. Resultado financeiro:			
	2017	2016	
Rendimento de aplicações financeiras	112.112	210.411	
Outros	(2.797)	(84)	
Total	109.315	210.327	

13. Eventos subsequentes: Não identificamos nenhum evento subsequente relevante entre 31 de dezembro de 2017 e a data de aprovação das demonstrações financeiras.

Contadora: Sílvia Regina Oliveira Santos - CRC 1SP182562/O-5

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas

intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 23 de fevereiro de 2018

KPMG
KPMG Auditores Independentes Eduardo Tomazelli
CRC 2SP014428/O-6 Contador CRC SP-259915/O-6

A Diretoria

Aos Acionistas e Diretores da: **Senador Dantas Empreendimento Imobiliário SPE S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Senador Dantas Empreendimento Imobiliário SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Senador Dantas Empreendimento Imobiliário SPE S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração